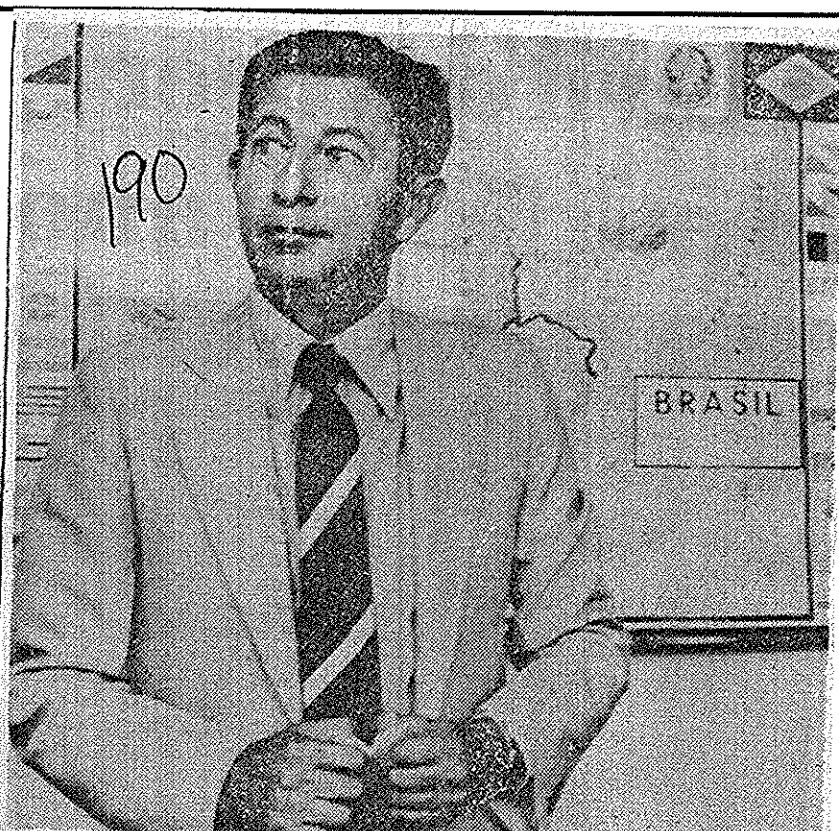




Telefoto Estado

Moreira Leal disse ter contatos com índios desde 1955

Moreira Leal nomeado para presidir a Funai

Da sucursal de
BRASILIA

O presidente Aureliano Chaves assinou ontem a nomeação do coronel Paulo Moreira Leal para a presidência da Funai. A tarde, ainda sem saber da confirmação de seu nome, o coronel, que até o mês passado trabalhou no Conselho de Segurança Nacional, no setor de assuntos psicossociais, admitiu que assumirá um cargo "difícil", acentuando no entanto que "é preciso sair da trincheira".

Moreira Leal relutou muito antes de conceder a entrevista, afirmando que ainda era um simples assessor do atual presidente da Funai, Nobre da Veiga. Na sua opinião, o índio "é puro" e admitiu que aprendeu muito com as tribos que conheceu a partir de 1955, quando passou a voar pela FAB na Região Amazônica. "O índio é o nosso irmão mais experiente — disse ele — esta é uma causa pura, que pretendo assumir com a ajuda dos homens de boa vontade".

O coronel afirmou que, por questões éticas, não queria abordar qualquer assunto diretamente ligado à política indigenista, antes de assumir oficialmente o cargo, mas acentuou que o problema do índio não é só da Funai, mas de toda a Nação. Sobre a atuação da imprensa nos assuntos indígenas, ele disse: "Não nos critiquem. Apresentem sugestões exequíveis. O papel da imprensa é muito importante nessa área, pois não podemos ocupar todos os espaços ao mesmo tempo".

EXPERIÊNCIA

O coronel Leal nasceu no Recife, em 1927, e passou a ter contato com os índios quando era subtenente em 1955. No Conselho de Segurança Nacional trabalhou na subchefia que trata das questões psicossociais. "Um dos assuntos que ficaram sob a minha responsabilidade foi o problema indígena. A questão indígena é completa de ten-

sões. Um dos problemas mais antigos dessa República é o fundiário e a Funai vive este problema."

Fazendo questão de falar como assessor da Funai, o novo presidente acentuou a necessidade de um bom assessoramento para o cumprimento do seu trabalho no órgão, "o bom assessor tem missão de aconselhar e não de falar".

O coronel Leal disse que foi convidado para ocupar o cargo de assessor da Funai pelo Ministério do Interior, por meio do secretário-geral Rocha Maia. Mas garantiu que, ao aceitar o cargo, não imaginava ser indicado para substituir o coronel Nobre da Veiga. Neste mês em que esteve na Funai, o novo presidente procurou agir da forma mais discreta possível e realizou uma longa viagem a algumas áreas indígenas do Norte do País.

Na Funai, o clima ontem era de grande agitação, com especulações em torno de quem fica e quem será dispensado pelo novo dirigente da fundação. Acredita-se que o coronel Zanoni Hausen, que teve atritos com o atual presidente da Funai, permanecerá. Ele ocupa, no momento, a direção da Assessoria Geral de Assuntos Comunitários. Já o diretor do Departamento Geral de Operações, coronel Antonio Silveira deverá sair.

AÇÕES

O novo presidente da Funai, enquanto estava no Conselho de Segurança Nacional, participou diretamente de várias operações, visando a resolver conflitos em áreas indígenas. Sua primeira missão foi em Nonoai, no Rio Grande do Sul. Nessa área, dos índios calangues, centenas de famílias foram desalojadas. Apesar de sua atuação discreta, sabe-se que ele também esteve à frente de outros trabalhos, como a criação da Reserva Xavante de Parabure no Mato Grosso, e na solução dos problemas da área Xavante de Pimentel Barbosa.

Pedida extinção no Acre

Do correspondente em
RIO BRANCO

O pedido de extinção da representação da Funai no Acre foi formulado ontem, em carta ao presidente Aureliano Chaves, pelo deputado estadual Walter Prado, do PDS. Ele justifica o pedido pela "inoperância" da fundação no seu Estado.

Prado solicita ainda que Aureliano, na condição de presidente do Conselho de Segurança Nacional, determine a demarcação das áreas indígenas do Acre, pois é iminente um conflito entre algumas tribos e os colonos, como é o caso da reserva dos catuquinas, no município de Feijó.

Mantidos os limites dos cadiveus

Do correspondente em
CAMPO GRANDE

As reclamações de fazendeiros da região de Bodoquena, no Mato Grosso do Sul, não deverão alterar a decisão do governo federal de demarcar as terras dos índios cadiveus. A reserva já está totalmente demarcada e os limites definidos, conforme a terminologia usada na época da doação, feita por d. Pedro II: ao poente, o rio Paraguai; ao Sul, a cabeceira do rio Aquidabá na serra da Bodoquena, até sua barra no rio Paraguai; ao nascente, a serra da Bodoquena; ao Norte, a cabeceira do rio Niutaca e dali até sua barra com o rio Nhabile, seguindo até a barra deste com o

rio Paraguai. Segundo a Funai, o Exército seguiu os limites estabelecidos "na magna decisão do imperador D. Pedro II" e por esse motivo é praticamente impossível, apesar das pressões e dos protestos de fazendeiros da área, que ocorra qualquer mudança na delimitação da terra dos cadiveus, faltando apenas a homologação do documento oficial.

No passado, as dificuldades para definir a área eram muito grandes. Nos últimos anos do século XIX, porém, um agrimensor, segundo documento apresentado pelo coronel Amaro Barbeitas Ferreira, delegado da 9ª Delegacia Regional da Funai, com sede em Campo Grande, tentou levantar e definir tais limites, que sofreram falhas por causa

das próprias características geológicas, físicas e climáticas da região.

Diz ainda o delegado da Funai em seu documento que "o bom senso e responsabilidade histórica nos recomendam atinar que ao demarcar por seus autênticos limites a reserva da Bodoquena, o Exército, com isenção, está hoje honrando o compromisso de retribuir os heróicos sacrifícios dos cadiveus, já reconhecidos por d. Pedro II". Para o coronel Barbeitas, o trabalho do Exército veio simplesmente garantir os legítimos interesses internos do País, bem como os direitos dos índios, que defenderam o Brasil na guerra com o Paraguai e, por isso, tiveram o reconhecimento do imperador.